



# Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

---

Marcos William Kaspchak Machado  
(Organizador)

**Atena**  
Editora

Ano 2019

Marcos William Kaspchak Machado

(Organizador)

# Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas  
6 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak  
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –  
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais  
Aplicadas; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-166-4

DOI 10.22533/at.ed.664191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.  
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume VI apresenta, em seus 31 capítulos, um conjunto de estudos acerca do papel político, histórico, urbanístico e geográfico nas modificação e construção dos espaços sociais modernos.

As áreas temáticas da ciência política e histórica nos faz entender o papel dos agentes públicos na construção social, bem como as modificações ativas, muitas vezes influenciadas por estas políticas, nos ambientes geográficos e urbanísticos atuais.

O contexto social contemporâneo é um reflexo das ações direcionadas pelas políticas de desenvolvimento regional e sustentável. Além das iniciativas estatais, observamos o papel da cooperação social no desenvolvimento regional e na formação de novas estruturas sociais e urbanísticas.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DA RETÓRICA À ERÍSTICA DOS DISCURSOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	
Álvaro Jáder Lima Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.6641911031	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
LEVANTAMENTO DO IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE MICROCRÉDITO RURAL NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO	
Gáudia Maria Costa Leite Pereira	
João Batista de Oliveira	
Monica Aparecida Tomé Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911032	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>29</b>
CONSTRUÇÕES MITOLÓGICAS NA POLÍTICA: A DISPUTA PAULISTANA ENTRE PSDB x PT NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016	
Aryovaldo de Castro Azevedo Junior	
Fabio Caim Viana	
Hertz Wendel de Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.6641911033	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>44</b>
OLIVA ENCISO: A PRIMEIRA DEPUTADA DE MATO GROSSO	
Dayane Freitas de Lourdes	
DOI 10.22533/at.ed.6641911034	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>61</b>
ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO ESPÍRITO SANTO	
Anselmo Hudson Nascimento Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.6641911035	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>77</b>
REFLEXÕES SOBRE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORDESTE PARAENSE	
Suellen Lemes Freire Santos	
Márcia Brito da Silva	
Rosana Cardoso Rodrigues da Silva	
Romier da Paixão Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6641911036	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>84</b>
A DINÂMICA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PAU DOS FERROS NO ÂMBITO DO CRESCIMENTO DAS CIDADES: APRECIÇÕES	
Ana Paula de Queiroz	
Franciclécia de Sousa Barreto Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6641911038	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>100</b>
OBSERVATÓRIO GEOGRÁFICO DA FRONTEIRA SUL: UMA PLATAFORMA DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES REGIONAIS	
Juçara Spinelli Leonardo Mancia Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6641911038</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>111</b>
MEIO AMBIENTE E SAÚDE: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL	
Edmeire Samali Alencar de Brito Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6641911039</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>123</b>
<i>BRAZIL INSTRUMENTARIUM</i> : TIMBRE E IDENTIDADE CULTURAL	
Alice Lumi Satomi Lucas Benjamin Potiguara	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110310</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>138</b>
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110311</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>155</b>
MACAÉ COMO CIDADE MÉDIA PELA ATRAÇÃO DE MOBILIDADES PENDULARES	
Célio Quintanilha Felipe Nascimento Lucas Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110312</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>169</b>
AUTOSSEGREGAÇÃO E ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO (SALVADOR, BA)	
Rinaldo de Castilho Rossi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110313</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>185</b>
A ÁGUA QUASE MINERAL... QUEM QUER COMPRAR?	
Marlucia Ribeiro Sobrinho Adinoraide Oliveira dos Santos Ronaldo Alves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110314</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>199</b>
CRIAÇÃO DO “ESPAÇO CAATINGA” E OS DESAFIOS DA ARBORIZAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Matheus Henrique Coutinho Bonfim Paulo Roberto Ramos Antonio Pereira Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110315</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>209</b>
DO MANGUEZAL À COMUNIDADE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESCARTE CORRETO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
Melissa Ferreira Santos Marcos Paulo dos Santos Maria Carolina Lima Farias Alexandre Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110316</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>216</b>
CICLO DA MINERAÇÃO E FORMAÇÃO DE PEQUENAS CIDADES NA SERRA DO SINCORÁ-BAHIA: O EXEMPLO DE LENÇÓIS	
Dante Severo Giudice Michele Paiva Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110317</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>229</b>
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A ANÁLISE ESPACIAL DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS EM RIO VERDE – GO	
Andréa dos Santos Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110318</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>244</b>
INICIATIVAS ESTATAIS FAVORÁVEIS AO INVESTIMENTO DA REFINARIA PREMIUM I E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM BACABEIRA (MA): PERMANÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
Hellen Mayse Paiva Silva Antonio José de Araújo Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110319</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>261</b>
NOVAS CONSTRUÇÕES, NOVAS OCUPAÇÕES E NOVOS DESABAMENTOS: A VELHA “MALANDRAGEM” NA DINÂMICA IMOBILIÁRIA DA LAPA	
Flavio Sampaio Bartoly	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110320</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>278</b>
O IMPACTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA URBANIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE CASO EM PAU DOS FERROS, RN	
Leandro Gameleira do Rego João Freire Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110321</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>295</b>
PERSPECTIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO, ESCALAS E TRANSFORMAÇÕES EM SEROPÉDICA: O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, O ARCO RODOVIÁRIO METROPOLITANO E OS CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS	
Gabriel Oliveira Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110322</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>307</b>
ANÁLISE ARQUEOMÉTRICA DE OCRES VERMELHOS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DO ATLAS	
Luis Carlos Duarte Cavalcante Victor Hugo Gomes Tostes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110323</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>323</b>
ENERGIAS RENOVÁVEIS: UM ESTUDO SOBRE UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL	
Francisca Scarlet O'hara Alves Sobrinho Ítalo Ricardo dos Santos Luana Araújo Matos Vívian Moura da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110324</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>332</b>
PRAÇA ZAGURY: JARDIM SENSORIAL COMO PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETÔNICO DE MACAPÁ –AP	
Leonardo Oliveira Galiano Manuella Dias Sussuarana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110325</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>345</b>
VERTICALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO BAIRRO: ALTERAÇÕES MORFOLÓGICAS NA PAISAGEM DO BAIRRO SANTA MÔNICA – UBERLÂNDIA (MG)	
Leandro Oliveira Silva Winston Kleiber de Almeida Bacelar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110326</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>361</b>
METODOLOGIA PARA INVESTIGAÇÃO DOS IMPACTOS DA INCORPORAÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA EM CONJUNTO HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE TUPÃ	
Waleska Reali de Oliveira Braga Camila Pires Cremasco Gabriel Ana Laura Klaic Mozena	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110327</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>373</b>
INFLUÊNCIAS DOS PROJETOS URBANOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARAISÓPOLIS	
Wagner de Souza Rezende Angélica T. Benatti Alvim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110328</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>397</b>
DIRETRIZES BIOCLIMÁTICAS PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL	
Carolina Mendonça Zina Karyna de Andrade Carvalho Rosseti Luciane Cleonice Durante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66419110329</b>	



**CAPÍTULO 30 ..... 410**

CERÂMICAS ARQUEOLÓGICAS DO SÍTIO ENTRADA DO CAMINHO DA CAIÇARA

José Weverton Lima de Sousa

Luis Carlos Duarte Cavalcante

**DOI 10.22533/at.ed.66419110330**

**CAPÍTULO 31 ..... 443**

ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E DIMENSIONAMENTO ASSOCIADO À IMPLEMENTAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS EM UMA EDIFICAÇÃO VERTICAL

Carlos Eduardo Pscheidt

Andréa Holz Pfitzenreuter

**DOI 10.22533/at.ed.66419110331**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 428**

## LEVANTAMENTO DO IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE MICROCRÉDITO RURAL NO TERRITÓRIO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO

### **Gáudia Maria Costa Leite Pereira**

Universidade Federal do Vale do São Francisco  
(UNIVASF)  
Juazeiro - BA

### **João Batista de Oliveira**

Universidade de Pernambuco (UPE)  
Garanhuns - PE

### **Monica Aparecida Tomé Pereira**

Universidade Federal do Vale do São Francisco  
(UNIVASF)  
Petrolina - PE

**RESUMO:** Este trabalho é referente à avaliação da Política Pública de Microcrédito Rural – PRONAF B e Programa Agroamigo, desenvolvido nos vinte municípios do Território do Agreste Meridional de Pernambuco, realizado pelo convênio entre a SDT/MDA/IADH/Coopanema para execução da Base de Serviços de Apoio à Estratégia de Integração de Políticas Públicas para Inclusão Socioeconômica da Agricultura Familiar, junto a Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco – CODETAM – Território de Cidadania, no período de 2014 a 2016, cumprindo o que definia a Matriz Territorial de Gestão do Plano Safra. Foram entrevistados 344 participantes, entre eles: beneficiários, técnicos do Programa Agroamigo, elaboradores de projetos e representantes de Sindicatos

de Trabalhadores Rurais, presidentes de associações, e outros que acompanham e apoiam os projetos de investimento. Conclui-se que o Programa Agroamigo precisa de ajustes e que o microcrédito proporciona melhoria na qualidade de vida dos agricultores, porém fica aquém da necessidade dos Municípios.

**PALAVRAS-CHAVE:** PRONAF B, microcrédito, políticas públicas, política territorial.

**ABSTRACT:** This work is related to the evaluation of the Public Rural Microcredit Policy - PRONAF B and Agroamigo Program, developed in the twenty municipalities of the Southern Agreste Territory of Pernambuco, carried out by the agreement between SDT / MDA / IADH / Cooppanema for the execution of the Support to the Strategy for the Integration of Public Policies for Socioeconomic Inclusion of Family Agriculture, together with the Territorial Development Commission of the Southern Agreste of Pernambuco - CODETAM - Territory of Citizenship, from 2014 to 2016, fulfilling what defined the Territorial Management Matrix of the Safra Plan. A total of 344 participants were interviewed, among them: beneficiaries, Agroamigo Program technicians, project developers and representatives of Rural Workers' Unions, presidents of associations, and others who accompany and support investment projects. It is concluded that the

Agroamigo Program needs adjustments and that microcredit provides an improvement in the quality of life of the farmers, but falls short of the need of the Municipalities.

**KEYWORDS:** PRONAF B, microcredit, public policies, territorial policy.

## INTRODUÇÃO

O Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH, contrata pelo edital 018/2013, a Cooperativa Mista dos Agricultores do Vale do Ipanema - Cooppanema, atendendo ao Contrato de Repasse nº 775558 – 2012 com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. O Edital tem por objeto a contratação de entidade civil sem fins lucrativos para atuar como Base de Serviços de Apoio à Estratégia de Integração de Políticas Públicas para Inclusão Socioeconômica da Agricultura Familiar em Territórios da Cidadania dos Estados de Alagoas e Pernambuco.

O contrato definia como resultado final a apresentação de seis produtos. Este trabalho relata um dos cinco itens do segundo produto do Convênio Cooppanema/IADH/MDA. A pesquisa de levantamento de dados sobre a Política Pública de Microcrédito e o Programa Agroamigo, uma das Políticas que compõem a Matriz Territorial de Gestão do Plano Safra da Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco – CODETAM (Território da Cidadania). Essa pesquisa teve início em 03 de setembro de 2014 e foi concluída em 24 de fevereiro de 2015, com envio do Relatório do Produto 2, ao MDA. O referido relatório foi aprovado pelo MDA em 04 de março de 2015. O convênio foi devidamente concluído em julho de 2016.

A CODETAM, constituída em 2003, abrange uma área de 13.113,50km<sup>2</sup>, localizada na Mesorregião do Agreste Meridional e Sertão de Pernambuco. Atualmente é composta por vinte municípios, sendo um do Agreste Central: São Bento do Una; dezesseis do Agreste Meridional: Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Buíque, Caetés, Capoeiras, Garanhuns, Iatí, Ibirajuba, Itaíba, Paranatama, Pedra, Saloá, Terezinha, Tupanatinga e Venturosa; e três do Sertão do Moxotó: Ibimirim, Inajá e Manari. Têm em sua composição original, noventa instituições, quarenta e cinco representantes da sociedade civil e quarenta e cinco representantes do poder público (municipal; estadual e federal). Atualmente, conta efetivamente com a presença média em plenárias de 40 Conselheiros ativos.

O Convênio determinava que fosse contratado um profissional para exercer a função em Assessoria Territorial de Inclusão Produtiva – ATIP, que deveria auxiliar a CODETAM no processo de constituição da Câmara Técnica de Inclusão Produtiva e na apropriação e possível revisão da proposta da Matriz Territorial de Gestão do Plano Safra, além de descrever as atividades de mobilização dos atores e constituição do Espaço de Gestão da Estratégia Territorial de Inclusão Produtiva no Colegiado Territorial, gerando dados e informações para alimentar os sistemas de monitoramento da Estratégia.

Para tanto, a ATIP deveria buscar informações – por meio de entrevistas individuais e coletivas – com atores que tivessem, reconhecidamente, atuação no tema Microcrédito ou Crédito Rural no Território. Esta atuação poderia ser caracterizada como: a) gestão de organizações, ações, programas ou projetos direta ou indiretamente relacionados ao tema; b) atividades de assessoramento a organizações e beneficiários de programas de microcrédito; c) estudiosos do tema; e d) agricultores familiares que têm experiência de acesso a programas de microcrédito.

Do ponto de vista social e político a criação do PRONAF constitui um caso exemplar. Ela foi possível porque, num determinado momento, várias condições favoráveis foram reunidas. Mas, antes de tudo, é uma política que vem de longe: existia um acúmulo histórico tanto da demanda social como da perícia técnica, além da conjunção de fatores que se precipitaram durante o governo I. Franco e o primeiro governo de F. H. Cardoso. Antes de chegar à criação do PRONAF, houve uma sucessão histórica de pequenos passos, como a criação de programas e de órgãos (às vezes sem conteúdos), de avanços e de retrocessos (SABOURIN, 2017).

Os critérios de seleção e amostragem para as entrevistas deveriam obedecer às regras básicas de metodologias que orientam trabalhos técnicos de diagnóstico ou científicos; ou seja, prezar por uma amostragem representativa dos informantes.

Como encaminhamento, para superação dos problemas identificados nos resultados da pesquisa, foi proposta, no Produto 4, uma Mesa de Diálogo a ser composta de atores com poder de decisão dos Governos Estadual e Federal, para sanar os referidos problemas. Até o final do contrato, essa Mesa não foi realizada pela CODETAM.

## **METODOLOGIA**

Para a coleta dos dados foi feita articulação a partir das reuniões da CODETAM e contatos com lideranças locais através de instituições como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento rural Sustentável - CMDRS, Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR, Secretarias da Agricultura e outras.

Foram adotadas duas estratégias metodológicas: a) Descritiva: descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Usam-se técnicas padronizadas de coletas de dados; b) Explicativa - identifica os fatores que determinam ou que contribuem para ocorrência dos fenômenos. Determina o porquê, através da relação de causalidade.

Foram entrevistados, com auxílio de um formulário de entrevistas – aprovado pela SDT/MDA, com questões abertas e fechadas, ao todo 344 participantes dos 20 municípios que copõem o Território. Por exigência do Contrato, todos os participantes foram devidamente identificados, por nome, sexo, ano de nascimento, CPF, função, instituição, endereço completo, telefone, e-mail, local e data da entrevista, georreferenciamento do local da entrevista e identificação do entrevistador, no caso,

a ATIP.

No intuito de assegurar a confiabilidade dos dados, as entrevistas foram feitas principalmente com os beneficiários – uma média de 15 em cada Município, mas também com técnicos do Programa Agroamigo, elaboradores de projetos e representantes de STR, presidentes de associações, e outros que acompanham e apoiam os projetos de investimento.

O Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste que tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico do(a) agricultor(a) familiar do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, cuja operacionalização conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania - INEC. Tem como característica a presença nas comunidades rurais por meio dos Agentes de Microcrédito e atende, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores(as) familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com exceção dos grupos A e A/C (BRASIL, 2017).

Alguns beneficiários foram visitados em suas associações específicas quando se tornava difícil seus deslocamentos para a sede do Município. Na maioria dos casos, foram marcadas reuniões na sede de alguma instituição, em geral nos STR, e as entrevistas procederam da seguinte forma: primeiro, fazia-se uma explanação contextualizando da visita e seus objetivos, em seguida eram identificados os beneficiários presentes preenchendo o cabeçalho do questionário com os dados de cada um, em seguida – ou quando tinha alguém para auxiliar, concomitantemente -, ia-se formulando as perguntas ao grupo e anotando as respostas tentando encontrar consensos e, não sendo isto possível, fazia-se votação para chegar a percentuais. Em casos específicos de alguma dificuldade no trâmite da proposta junto à instituição bancária, ou relatos de queixas sobre a atuação dos técnicos do Programa Agroamigo, eram atendidos e entrevistados em separados.

Foram visitadas muitas propriedades, com o intuito de observar os investimentos aplicadas e constatar ou não a melhora na qualidade de vida dos beneficiários. Encontramos muitos casos de sucesso, destacando o município de Caetés, as Unidades Produtivas Familiares – UPF são pequenas, com até 2,5ha, isto faz que este Município tenha um percentual muito alto de agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF B – Microcrédito Rural (BRASIL, 2017).

O questionário aplicado aos técnicos (Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, STR, Secretarias de Agricultura, dirigentes de CMDRS) em geral foram preenchidos pelos próprios técnicos depois de uma breve apresentação para nivelar entendimento e esclarecer dúvidas sobre que tipo de informações se queria com tal questão colocada.

A pesquisa foi muito valorizada pelos técnicos e beneficiários, pois ansiavam por se fazerem ouvir para relatarem problemas que se repetiam, sem solução.

Um dos questionamentos feitos durante a pesquisa foi sobre o total de agricultores familiares que firmaram contratos, era necessário apresentar no relatório o número de mulheres, jovens e pertencentes a comunidades e povos tradicionais.

Historicamente, até a década de 90, a Agricultura Familiar brasileira não havia conhecido ainda um conjunto tão amplo de instrumentos de políticas públicas voltados para a proteção e o desenvolvimento desta categoria social. Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF, tem destinado um volume significativo de recursos para financiar as atividades produtivas da Agricultura Familiar. Nos últimos dez anos, o crescimento do volume de recursos disponibilizados foi exponencial, saltando de 2,4 bilhões de reais em 2003 para 30 bilhões de Reais em 2016 (DELGADO; BERGAÇO, 2017).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um ponto a ser respondido no relatório era referente à possibilidade de identificar a distribuição geográfica (por municípios) dos contratos. Caso fossem identificadas diferenças importantes entre os municípios do Território, dever-se-ia buscar informações que explicassem tais diferenças. Verificamos que há diferenças, apesar de quase todos seguirem a mesma orientação política a partir da agência do Banco do Nordeste do Brasil - BNB de Garanhuns, a diferença está em alguns fatores como a situação de inadimplência dos agricultores do Município, ou que retardou esta regularização, ou que não honrou os compromissos em tempo e renegociou a dívida.

É muito importante salientar que, em função da estiagem prolongada, milhares de agricultores não puderam honrar o compromisso com o pagamento de suas propostas em tempo, aderiram, posteriormente, à renegociação de dívidas autorizada pelo Governo Federal, quitaram seus empréstimos, mas, ainda assim, tinham dificuldades em conseguirem outros empréstimos.

O município de Angelim mostrou ser um dos principais que saiu, a pouco, da inadimplência e tem dificuldade em acessar o crédito. Foi o Município onde mais foram encontradas queixas com relação ao Programa Agroamigo e ao BNB.

O município de Bom Conselho, por outro lado, é o único que tem três Agentes do Programa Agroamigo e é o que mais acessou o crédito. Esse Município é atendido pela Agência do BNB de Mata Grande – AL, talvez nisto esteja à diferença. Mas há uma peculiaridade problemática nesse atendimento, os depósitos dos agricultores não são realizados em contas bancárias indicadas por estes, então precisavam se dirigir ao estado de Alagoas para receberem, em espécie, os valores de seus projetos.

Os municípios do Sertão do Moxotó (Buíque, Tupanatinga e Ibimirim) seguem orientações da agência do BNB de Pesqueira e o atendimento feito por poucos técnicos. Em geral há problemas com agendamento de reuniões e não atendimento adequado a indígenas e quilombolas. Em Ibimirim, até o final da pesquisa, o Povo indígena Kambiwa não era atendido pelo Programa Agroamigo e nem pelo Banco, segundo o Pajé, o Banco alega que os índios não são donos das terras em que vivem, as terras pertencem ao Governo Federal. O que se torna uma justificativa incabível, pois o Banco atende ao povo indígena Fulni-ô, em Águas Belas, ao povo remanescente de quilombolas Castainho, em Garanhuns, entre outros.

O maior ou menor acesso dos beneficiários (as) ao Microcrédito se liga diretamente ao grau de organização da sociedade local, principalmente vinculada à presença proativa do STR e CMDRS. Onde esses organismos são fortes, os beneficiários acessam mais o crédito, em geral o casal, cada cônjuge em meses alternados, o número de projetos disponível são maiores, o índice de reprovação das propostas menores, exigem técnico do Programa Agroamigo de melhor qualidade, buscam informações, em tempo, sobre o andamento dos projetos no banco, tem acesso a canais diretos com a Gerência Regional do BNB, ou mesmo solicitam providências diretamente da sede do BNB em Fortaleza.

## **IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS AGENTES QUE OPERAM MICROCRÉDITO NO TERRITÓRIO**

Em geral, os agentes são técnicos agrícolas ou em agroecologia que recebem capacitação para elaborar os projetos conforme formulário do Banco. Eles atuam muito próximos a uma pessoa do STR designada pela instituição (Sindicatos) para esta finalidade. Trabalham com modelos padrões de projetos e a depender da atividade pretendida: bovinocultura de leite, de corte, caprinos, galinhas... Já trazem modelo pré-pronto com as principais informações e distribuição das parcelas do pagamento diluídas no tempo

Cada agente do Agroamigo possui uma quota máxima de projetos a serem apresentados por mês. Ao visitarem uma associação, os agentes recolhem os documentos de muitos clientes (em geral, a documentação dos beneficiários já fora previamente organizada pelo STR ou Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - SINTRAF). Fazem assim uma fila de espera, mas sem informar aos trabalhadores da quota máxima por município. Durante a pesquisa foram encontrados vários casos de espera que vão de 4 a 12 meses, com uma frequência muito grande de 6 meses de espera para contratação.

As linhas de PRONAF B destinadas a Mulher, Jovem e Povos de comunidades tradicionais, praticamente não são executadas no Território. Esses seguimentos são atendidos ao acaso. Quando são feitas as reuniões, o agente do Agroamigo recolhe as propostas sem distinção e os percentuais que, porventura houver, será mera coincidência, resultado das circunstâncias.

Quanto à demanda por mais crédito, existe em todos os Municípios do Território. O ideal, segundo os entrevistados é que seja pelo menos dobrado o número de propostas contratadas para cada Município.

De acordo com os agentes que operacionalizam das ações ou programas de microcrédito no Território, existem normas e critérios para que os agricultores familiares consigam ter acesso ao Microcrédito: a) participar de uma reunião em um local mais próximo dos beneficiários; b) apresentar documentos pessoais: CPF, RG, Declaração

de Aptidão ao PRONAF - DAP, Certidão de Casamento ou Registro de Nascimento, Título de Eleitor, comprovante, inclusive do (a) cônjuge; c) documentos da Terra, conforme a situação: recibo, declaração de confrontante, escritura, concessão de uso, contrato de comodato, meeiro, parceleiro, arrendatário; d) em caso de aquisição de vaca de leite, exige-se exame de brucelose, tuberculose e o Guia de Transito Animal – GTA, que comprova a sanidade animal; e) ainda exige-se a nota fiscal dos produtos comprados, para conferência do Agente antes de autorizar a transferência do dinheiro; f) conta bancária para o depósito, caso o beneficiário não indique, receberá o valor na agência contratante; g) para o pagamento das parcelas, a última parcela exige-se que seja paga na própria agência contratante.

A pasta contendo esses documentos, em geral, é organizada pela pessoa de apoio do Sindicato e o agente a confere e leva para o banco no dia marcado, geralmente em um evento no Município, o beneficiário assina o contrato.

## **AVALIAÇÃO DOS INFORMANTES DA PESQUISA SOBRE AS NORMAS PARA ACESSO AO MICROCRÉDITO**

- a. Os documentos pessoais são fáceis de serem apresentados;
- b. Comprovação da posse da terra, com a ajuda do Sindicato conseguem as declarações de confrontantes, visto que no Território há um grande problema quanto à regularização fundiária e o reordenamento agrário. Entretanto, isto dificulta o acesso de jovens ao microcrédito, pois estes não têm documento da terra nem comprovação de residência, pois ainda moram com suas famílias. Outro complicador é quando familiares trabalham numa única terra de herdeiros, mas moram fora da propriedade ou moram com os pais, mesmo sendo já casados e tendo Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP própria, o banco não tem aceitado o comprovante da situação desses agricultores por conta da relação jurídica com terra;
- c. No caso dos exames dos animais é um transtorno grave, pois além de precisarem pagar por tais exames preços que variam de R\$ 60,00 a R\$ 150,00, tendem a comprar os animais nas “feiras de gado” semanais, mais próxima e não tem acesso efetivo ao sangue desses animais;
- d. A exigência da nota fiscal com antecedência à efetiva compra dificulta todo o processo de acesso ao crédito, pois em todos os Municípios constatamos a exigência por parte do Agroamigo das notas fiscais de compra antes mesmo do crédito ser liberado;
- e. A necessidade de ter uma conta bancária para o depósito do crédito dificulta nos casos em que a pessoa não tem e não pode usar a conta do Programa Bolsa Família, segundo os beneficiários a conta não aceita depósitos, pede-



-se conta de terceiros e é comum que o dono da conta cobre um percentual sobre o depósito, pois manter uma conta corrente própria tem um custo de manutenção;

- f. As Agências Regionais – Garanhuns, para o Território do Agreste Meridional; Pesqueira, para os Municípios do Sertão de Moxotó são relativamente distantes e apresentam atendimento precário ao beneficiário do PRONAF. Há muitos depoimentos de beneficiários que passaram mais de cinco horas esperando para serem atendidos;
- g. Demora na contratação e liberação do crédito – problema já relatado acima; os exames, GTA e comprovantes de residência perdem a validade para a contratação, obrigando os beneficiários a fazerem novos exames e novos comprovantes com datas atualizadas.

Algumas características comuns relatadas pelos beneficiários: a) documentos pessoais, quase todos os têm; b) reuniões do agente do Agroamigo realizadas nas associações mais próximas dos beneficiários; c) apoio dos Sindicatos para documentos relativos à terra e organização das pastas dos beneficiários; e como dificuldades: a) as reuniões feitas com muita gente, local nem sempre acolhedor, muita gente a ser atendida por um único agente; b) exigências como exames e notas fiscais, antes mesmo da liberação do crédito; c) informações incompletas e imprecisas por parte do agente; d) documentos de terra não preveem todas as situações reais das famílias; e) necessidade de viajar para ir a Agência Bancaria, em caso de não ter conta para receber o valor do empréstimo – correndo risco de serem assaltados e no momento da quitação da última parcela, a viagem representa custos para o beneficiário.

## **ANALISE DA PARTICIPAÇÃO DOS DIVERSOS AGENTES QUE OPERACIONALIZAM (DIRETA E INDIRETAMENTE) O MICROCRÉDITO NO TERRITÓRIO, PELOS PESQUISADOS**

BNB: centraliza as normas e regras adotadas pelos agentes do Agroamigo e responde pela qualidade dos serviços. As pessoas valorizam muito o “abate dado pelo banco” (desconto) quando se paga em dia às parcelas, mas consideram-no burocrático. Para cada projeto exige-se toda a documentação novamente, mesmo para quem quitou em dia todas as parcelas e se mostra como bom cliente. Não renova automaticamente o contrato do empréstimo seguinte, fazendo as mesmas exigências do primeiro projeto, tido como atitude pouco prática do Banco.

Agente do Programa Agroamigo: elabora os projetos das famílias de forma coletiva em reuniões nas associações locais. Na grande maioria dos Municípios (com exceção de Bom Conselho) só tem um agente, alguns que na pressa de atenderem à demanda apresentam qualidade profissional questionável. Cabe a eles atenderem

muita gente e, para isto, usam modelos pré-prontos, não tem tempo para maiores esclarecimentos, é são de acesso difícil pelos beneficiários. Além de todo o trabalho junto aos beneficiários no campo, os agentes do Agroamigo fazem o trabalho interno no Banco referente às contratações. O mesmo agente que atende os beneficiários do PRONAF B passaram também a atender os beneficiários de outras linhas de crédito; alguns dos agentes trabalham em três Municípios. Constatamos uma sobrecarga de trabalho junto aos agentes entrevistados.

Sindicatos: disponibilizam uma pessoa para dar suporte logístico e de apoio ao agente, contribuindo na mobilização, agrupamento de documentos, emissão de DAP, declarações da posse da terra. Esse é o principal personagem local para execução do microcrédito, de fácil acesso, resolve problemas, articula as famílias, faz a agenda do agente do Agroamigo, etc.

IPA: emite DAP e dá Assistência Técnica. Essa Assistência Técnica é bastante questionada pelas famílias. Os próprios técnicos admitem que a demanda de serviços que lhes compete é muito grande e não dão conta de executá-la integralmente.

## **PRINCIPAIS RESULTADOS, EM TERMOS SOCIOECONÔMICOS PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES E PARA O TERRITÓRIO, ATRIBUÍDOS AO MICROCRÉDITO, PELOS PESQUISADOS**

Para as famílias que tomaram o empréstimo os resultados foram muito bons, declaram ter adquirido, com os lucros que conseguiram, móveis, motocicletas, eletrodomésticos, quitação de dívidas e até comprado “pedaços de terra”. Há também casos em que o investimento não foi de fato executado nas inversões previstas no projeto e o beneficiário desvia o crédito para aquisição de outros bens ou serviços. Há uma satisfação por parte dos beneficiários e lamentam a dificuldade de acesso, as famílias que acessam o crédito, efetivamente têm melhoria na qualidade de vida.

Para o Território não se verifica forte relação, mas sabemos que o recurso liberado para as operações circula mesmo no Território, movimentando o comércio e prestadores de serviços das pequenas cidades. Em termos gerais, de dinâmica Territorial, podemos citar a discussão com o BNB Regional que mobiliza vários Municípios e o papel da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco - FETAPE e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado de Pernambuco - FETRAF, através dos STR e SINTRAF, que assumem com afinco esse apoio ao beneficiário do PRONAF B, maior público entre os agricultores familiares no Território. No geral, toda a operacionalização do Microcrédito se dá em nível municipal.

## **AVALIAÇÃO DOS AGENTES QUE OPERACIONALIZAM AÇÕES OU PROGRAMAS DE MICROCRÉDITO NO TERRITÓRIO ACERCADOS DOS RESULTADOS ALCANÇADOS**

Os técnicos avaliam que:

a) o limite de crédito - número de projetos mensal -, em geral insuficiente para o Município é motivo de exclusão de várias famílias e até alguns conflitos; b) um número reduzido de agentes do Agroamigo no Território; c) um único agente fazer todas as fases do projeto: reunião com as famílias, verificar/organizar documentos, dar entrada dos projetos no BNB, acompanhar as compras dos itens previstos, fiscalizar... Gera uma sobrecarga de trabalho; d) falta de fiscalização no investimento gera alguns desvios importantes que precisam ser considerados quando se busca medir os impactos; e) falta assistência técnica a esse beneficiário.

Como impactos positivos das ações de microcrédito sobre a socioeconomia do Território, podemos relacionar: a) dinamização do mercado local com os investimentos feitos pelos produtores; b) aprimoramento do comércio local; c) geração de empregos; d) ampliação da capacidade produtiva da zona rural. Como impactos negativos: a) há um fortalecimento desigual das cidades, beneficiando Garanhuns (sede do Território) onde são feitas praticamente todas as compras; b) Os municípios do Território que são mais organizados e fortes politicamente são mais beneficiados.

Quanto a não integração da Política de Microcrédito com outras políticas públicas de desenvolvimento rural em execução no Território, consideramos os principais: a) não observamos nenhuma instituição preocupada em fazer esse papel; b) cada programa tem regras próprias e não há como um se integrar de forma automática ao outro; c) os agentes são todos sobrecarregados e não tem disponibilidade de tempo para tal; d) os agentes locais não tem autonomia para fechar acordos institucionais e fazerem que sejam cumpridos; e) isto ainda não faz parte da cultura local; f) os agentes locais têm pouca autonomia de gestão das políticas públicas; f) cada instituição tem suas normas próprias de atuação.

A grande maioria dos entrevistados não sabe o que tem que ser feito, mas acreditam que seria muito bom se as Políticas Públicas fossem integradas. São demandas de integração: fazer que se encontrassem as ações do IPA (aração de terras, distribuição de sementes, análise de solo) com o Microcrédito que financiaria a produção e o Programa de Aquisição de Alimento - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE que compraria essa produção.

## **CONCLUSÃO**

O Programa de Microcrédito é uma importante iniciativa, mas precisa de ajustes, por exemplo, qual o sentido de contratar técnicos se eles não oferecem nenhuma orientação sobre as culturas a serem implantadas ou expandidas pelo agricultor familiar? Não há nenhuma conotação em assistência técnica, apenas elaboração de

projetos e fiscalização da execução do crédito. O Programa atende a um número muito reduzido de agricultores, número esse que fica aquém da necessidade dos Municípios.

O Microcrédito – PRONAF B proporciona melhoria na qualidade de vida, de agricultores familiares no Território do Agreste Meridional de Pernambuco, proporcionando: a) a oportunidade em começar um “meio de vida” por conta própria; b) ter adquirido móveis e eletrodomésticos; c) ampliado o negócio financiado, como aumento do rebanho; d) reforma de casa e e) pagamento de dívidas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Manual de Crédito Rural**. Consultado em 07/08/2017, disponível em <<http://www3.bcb.gov.br/mcr>>

\_\_\_\_\_. **Agroamigo**. Consultado em 07/08/2017, disponível em <<https://www.bnb.gov.br/agroamigo>>

Delgado, G. C. Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, Ed. Atlas - 6a Edição, 2008.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In. Delgado, G. C. Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**MARCOS WILLIAM KASPCHAK MACHADO** Professor na Unopar de Ponta Grossa (Paraná). Graduado em Administração- Habilitação Comércio Exterior pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especializado em Gestão industrial na linha de pesquisa em Produção e Manutenção. Doutorando e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com linha de pesquisa em Redes de Empresas e Engenharia Organizacional. Possui experiência na área de Administração de Projetos e análise de custos em empresas da região de Ponta Grossa (Paraná). Fundador e consultor da MWM Soluções 3D, especializado na elaboração de estudos de viabilidade de projetos e inovação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-166-4



9 788572 471664